

Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia

Audição a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Horta, 31 de maio de 2017

Eram 09 horas e 44 minutos.

(*) Presidente: [*Corte na gravação*]... se calhar, nós é que nos podemos chegar mais para baixo, já que somos tão poucos.

Pronto. Talvez aí dê.

Duas ou três informações, em primeiro lugar.

Recebi, ontem, de manhã, uma informação dos serviços que o Núcleo Cultural da Horta e o seu Presidente, o Dr. Guilherme Pinto, por questões de saúde, não podia estar presente, mas comprometeu-se, e o Núcleo, a fazer-nos chegar um documento escrito com o seu parecer sobre esta questão; e, ontem, também, mas também combinaram entre eles, informalmente, a nossa ordem de trabalhos, como sabem, era ouvir, primeiro, o Presidente Fernando Menezes e, depois, a Sra. Presidente da Assembleia. Por questões de agenda e de serviço, pediram ambos e ambos concordavam para ser ao contrário, ou seja, para ouvirmos primeiro a Sra. Presidente e depois o Presidente Fernando Menezes. Estando eles de acordo, também creio que nós nada tínhamos a opor e, portanto, assim será.

Uma outra questão também importante. Como já devem ter notado, a RTP Açores, pelo menos, está aí e pediram para esta audição ser pública. Penso que devemos seguir o mesmo procedimento nas restantes audições. Se os auditados não se opuserem, nós também não nos opomos. Penso que é essa a posição unânime.

Muito bem. Assim sendo, vamos, então, aguardar pela Sra. Presidente e vou também dizer aos senhores jornalistas que poderão assistir [*corte na gravação*]...

Deputado João Corvelo (PCP): Se me der autorização.

Presidente: Diga.

(*) Deputado João Corvelo (PCP): Eu só gostava de fazer aqui uma chamada de atenção, que é o seguinte.

Hoje é o Dia do Pescador e nós temos eventos aqui, nas Flores, temos que estar presentes a partir das 11 da manhã. Era só para informar a Comissão.

Presidente: Sim, senhor, com certeza.

E também creio, coisa que eu não sabia que existia, mas li, recentemente, também penso que, hoje, é o Dia dos Irmãos. O dia 31 de maio, agora, é o Dia dos Irmãos.

Dos companheiros e dos camaradas, acho que são todos e, portanto, ficamos esclarecidos.

(Risos)

(Pausa)

(Neste momento, a Sra. Presidente da ALRAA e a comunicação social entram na sala.)

(*) Presidente: Sra. Presidente, muito bom dia, muito obrigado, desde já, pela sua disponibilidade.

Obviamente que já tivemos oportunidade de conversar além do convite formal do que é que trata esta audição. Proponho-lhe que sigamos a metodologia habitual. Darei a palavra à Sra. Presidente para uma breve exposição sobre o tema e, na sequência disso, e se for tido por necessário pelas Sras. e Srs. Deputados, faremos o debate que se impuser.

Muito obrigado, mais uma vez, Sra. Presidente, tem a palavra.

(*) Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Muito obrigada.

Muito bom dia a todos, bom dia também aos colegas que nos assistem ou que participam nesta Comissão, melhor dizendo, por videoconferência.

Antes de mais, agradecer ao Sr. Presidente da Comissão a disponibilidade de termos alterado o horário desta audição, que se prende com a minha deslocação ao Corvo para receção do Sr. Presidente da República, e, portanto, agradeço a disponibilidade da Comissão para poder ser ouvida mais cedo.

Em primeiro lugar, queria congratular-me com a aprovação, por unanimidade, deste projeto de resolução e da importância que ele assume, numa altura em que vamos já a caminho dos 41 anos de autonomia, e, nesse sentido, parece-me uma boa idade, é a idade da reflexão, para pensarmos estas matérias, refletirmos sobre aquilo que, neste momento, nos preocupa e que fere a nossa autonomia e perspetivarmos, acima de tudo, os caminhos que queremos para o futuro da nossa terra.

Também queria congratular, de forma muito clara, a Comissão pela metodologia de trabalho encontrada. Acho que a Comissão não se fechou em si própria, não pretendeu apenas ouvir aqueles que ocuparam cargos políticos de relevo e que estiveram, no fundo, na origem da organização político-administrativa da nossa região, mas, acima de tudo, quis-se abrir à comunidade e deixaria aqui até a possibilidade de, num futuro, poder-se até promover um debate mais alargado sobre estas temáticas, mas, acima de tudo, congratular o facto da Comissão ter permitido a apresentação de contributos por parte dos nossos concidadãos, porque me parece, claramente,

que qualquer debate sobre as questões autonómicas, acima de tudo, também têm que ser discutidas com aqueles que são, no fundo, para quem nós trabalhamos e a quem representamos, neste Parlamento.

Eu acho que não há momentos especiais nem mais ou menos importantes para se debater a autonomia; eu acho que, nestes 40 anos, esta reflexão já foi feita, muitas vezes, sem esta temática de reforma da autonomia, mas sempre que promovemos o debate interno, sempre que promovemos alterações legislativas que estivessem relacionadas com a nossa organização política, naturalmente que estivemos a fazer o aprofundamento daquilo que são as nossas competências.

A autonomia não é, de todo, um processo estanque. Ele é dinâmico no tempo, ele é dinâmico face aos desafios que nos são colocados e, como tal, não há momentos especiais, eles têm que acontecer quando, efetivamente, se entende que há lugar e espaço para se fazer esse debate.

Acima de tudo, essa reflexão da autonomia deve ser partilhada, como eu aqui já referi, e deve ser partilhada por todos aqueles que tenham contributos, que tenham sugestões ou, pura e simplesmente, com aqueles que, não tendo contributos nem sugestões, têm uma opinião formada sobre aquilo que é a sua realidade, mesmo que muitas vezes ela não parta de noções e de conceitos políticos que são mais comuns no nosso léxico, mas que, efetivamente, tenham uma opinião sobre aquilo que querem, acima de tudo, para a sua terra. E, claramente, que esta reflexão, acima de tudo, não pode ser desgarrada das problemáticas que nós vamos enfrentar. E não há dúvidas de que, hoje, a nossa realidade é totalmente diferente da realidade que os nossos antecessores encontraram, há 40 anos, nomeadamente a própria entrada na União Europeia veio alterar todo o nosso contexto político, a nível internacional também, e, acima de tudo, quero eu acreditar que a realidade daqui a 40 anos será outra, naturalmente, e exigirá, daqueles que forem os protagonistas da altura, que façam eles próprios também as alterações, os reajustamentos, mas, acima de tudo, a reflexão, porque nós podemos refletir e até não queremos mudar nada, mas, acima de tudo, que possamos refletir e que possamos encontrar momentos e espaços para abrir esse debate.

Eu, ao nível da questão da reforma da autonomia, gostaria de me centrar em três pontos, porque, acima de tudo, sou Presidente da Assembleia, mas sou também deputada e claramente que estamos todos, neste momento de auscultação, de audição, para reunirmos os conteúdos necessários para, depois, podermos fazer um debate também mais aprofundado sobre estas matérias.

Mas gostaria aqui de destacar três questões que me parecem também fundamentais colocarmos à discussão.

A primeira tem a ver, naturalmente, e uma que, aliás, faz parte do preâmbulo da nossa resolução, que fez constituir a CEVERA, tem a ver com a

participação eleitoral e com a pedagogia da autonomia. É certo que nós todos nos confrontamos com um desapego crescente por parte do cidadão eleitor. Acima de tudo, entendo que, enquanto responsáveis políticos, e passo o pleonasma, a nossa responsabilidade é maior, porque, claramente, é sobre nós que incidem os comentários e que incidem, acima de tudo, as críticas e que poderá, em alguma fase deste processo, levar a este desapego. Mas eu também quero acreditar, e que no caso dos Açores, em particular, dadas as contingências e também ao histórico que temos da emigração e de pessoas que, acima de tudo, mantêm uma relação muito próxima com as suas ilhas de origem, porque se nós formos ver os dados da abstenção dos últimos 40 anos, em 1976, o nível da abstenção, na minha opinião, apesar de tudo, foi elevado, considerando que eram as primeiras eleições regionais e, portanto, parece-me que, apesar de tudo, há aqui uma abstenção técnica, que temos também que ser capazes de apurar e, acima de tudo, de encontrar soluções para as ultrapassar. E, apesar de tudo, permita-me o Sr. Presidente da Comissão, obviar aqui e referir o estudo da abstenção, que, naturalmente, também foi aprovado por esta casa e que penso que nos trará e que será um contributo muito importante, até para a própria análise da CEVERA.

E isto para dizer que eu concordo com a abertura do processo eleitoral aos independentes, que haja uma participação dos cidadãos cada vez mais próxima, mas não gosto muito de compactuar com as ideias de que os partidos são os principais culpados deste afastamento. Eu acho que as pessoas, quando se organizam, organizam-se porque têm algo em comum; os partidos, esta base comum que nos agrega, chamamos-lhe de ideologia; outras pessoas poder-se-ão associar-se por outros motivos, por outros sentimentos, mas a verdade é que eu não gosto de pensar que os partidos são o pilar mais fraco da democracia. É verdade que eles têm que renovar-se, têm que modernizar-se, mas nós não podemos, por existirem algumas figuras e, no fundo, comuns a toda a sociedade e a todas as áreas da nossa sociedade, que nem sempre cumprem de forma exemplar as suas funções, penso que isso não deve ser um motivo para, de facto, de certa maneira, culpabilizarmos aqui os partidos por tudo de mal que acontece.

E, nesse sentido, isto para dizer que, acima de tudo, tem que haver também esta reflexão interna, porque os partidos são a base da nossa democracia, podem ter os nomes que tiverem, podem ter as causas que tiverem, mas, no fundo, são agrupamentos de pessoas que partilham uma mesma política e têm ideias comuns para o destino da sua região, da sua ilha, do seu país.

Eu penso que também muita desta abstenção, e aqui associando à outra temática deste primeiro ponto, que é a pedagogia da autonomia, tem a ver com um problema que nós também identificamos, e aqui, não só em relação à autonomia, mas a nível geral da democracia, que tem a ver com algum afastamento, diria algum, talvez estou a ser benevolente, com um afastamento claro dos mais jovens às questões políticas e a estas temáticas

da autonomia. O que eu sinto e a verdade é que, ao longo das últimas legislaturas, têm existido imensas iniciativas que tentam trazer os jovens a este Parlamento, nomeadamente, ainda na última legislatura, abrimos a todas as escolas as visitas à Assembleia, em que foram, de certa forma, partilhados com os alunos os conceitos de democracia, os conceitos de autonomia, porque, muitas vezes, os mais jovens acham que nós somos autónomos, porque somos ilhas e, portanto, estamos longe do continente e ponto, e não conhecem, dentro da nossa organização política, aquilo que está regionalizado ou não, não compreendem como é que foi feito este crescimento autonómico e este aprofundamento autonómico, nestes últimos 40 anos, e o desconhecimento, muitas vezes, leva ao desinteresse e o desinteresse leva, naturalmente, a este afastamento, por questões que eles acham que não têm nada a ver com eles.

Isto verifica-se também ao nível da participação eleitoral, em geral. A liberdade foi um bem conquistado também há relativamente pouco tempo, mas a verdade é que é dado como um bem adquirido: é assim que nós vivemos, é assim que aprendemos a crescer e a verdade também, até porque somos humanos e estes sentimentos são humanos, aquilo que não nos custou a conquistar, muitas vezes, também, há um sentimento que não é necessário manter.

Por isso, eu acho que aliado a um aprofundamento da aproximação aos mais jovens naquilo que é, no fundo, o reforço da importância da democracia, deveria integrar-se aqui também a importância e a pedagogia dos conceitos autonómicos, para que eles tenham bem presente a importância destas matérias para aquilo que serão, esperamos todos nós, os futuros líderes da nossa região.

Por outro lado, também, e, naturalmente, penso que o aprofundamento das nossas competências organizativas e legislativas é algo que também tem que ser trazido a debate. É verdade que a última alteração da Constituição da República e do EPARAA, uma em 2005, outra em 2009, abriram o caminho ou, pelo menos, abriram a porta para que nós possamos trilhar o caminho de uma área muito mais abrangente de competência legislativa, nomeadamente com a retirada das questões do interesse específico regional, mas a verdade também é que o próprio EPARAA, houve aqui um trabalho feito, não na última legislatura, mas na anterior, uma Comissão Eventual para a operacionalização do EPARAA, que, infelizmente, a legislatura *per si* não conseguiu concluir, mas que fez a maior parte do trabalho, há duas ou três questões que ficaram por operacionalizar, algumas foram já feitas, na última legislatura, nomeadamente o referendo regional, e penso que também poderia ser este o tempo, esta legislatura, de se operacionalizar o que falta, para, então, de forma plena, termos o nosso estatuto em total cumprimento, para que, efetivamente, estas questões possam ficar, de uma vez por todas, implementadas.

E, naturalmente, será inevitável falar aqui das questões que nós dividimos com a República e com a clara separação daquilo que é uma competência da região e que é competência da República e não posso deixar de falar aqui da questão do mar e da gestão partilhada do mar, porque é esta questão que se coloca, a cada dia, e que se vai colocar de uma forma ainda mais veemente e importante, no futuro próximo.

Portanto, penso que este debate e esta reflexão sobre a autonomia naturalmente que terá de encontrar as ferramentas e, eventualmente, até algumas soluções, para que possamos, de forma mais efetiva, fazer este aprofundamento.

E, por fim, para além do relacionamento que teremos que ter com a República no sentido de afirmar, cada vez mais, esta autonomia, não poderia deixar de falar aqui da questão da Europa.

Na Europa, cada vez se avoluma mais o debate das regiões, da importância das regiões na implementação legislativa, porque se entende que as regiões são a organização política que está mais próxima dos cidadãos, mas, no nosso caso, a nossa região e a nossa ultraperiferia trazem ao cimo do debate esta questão, que eu penso que é extremamente importante e é fundamental. Eu acho que aqui também o Estado, a República tem uma importância ou é importante que reconheça esta nossa ultraperiferia e que eles próprios, juntos dos fóruns próprios europeus, possam fazer esta nossa defesa, porque o que nós verificamos é que, muitas vezes, desde a aplicação imediata de diretivas comunitárias, desde a organização dos apoios comunitários, as coisas são vistas pelos Estados, e compreendemos, os Estados é que são membros, mas muitas vezes a questão da problemática das regiões não é considerada ou, pelo menos, não é considerada da forma como nós achamos que deveria ser considerada. E em relação às ultraperiferias ainda mais, porque é verdade que, hoje em dia, esta nossa sociedade globalizada e informatizada e, às vezes, sinceramente, permitam-me aqui o reparo, é difícil de perceber como é que isto tudo funcionava sem termos estas ferramentas ao nosso dispor, era claramente bastante mais difícil, mas, apesar disto tudo e de toda esta evolução, a verdade é que, desde acessibilidades, desde a distância, até para podermos estar em determinados centros de debate ou de decisão, para nós, as coisas são diferentes e muitas vezes são mais difíceis.

Portanto, penso também que a autonomia, neste sentido, aprofunda-se, reafirmando esta questão da ultraperiferia e exigindo que a Europa considere as suas regiões e, acima de tudo, tenha em atenção que as regiões ultraperiféricas têm que, claramente, ter um tratamento diferenciado e que não pode estar só ao nível do tratado e ao nível do papel, têm que, claramente, ser mais efetivo, mais prático e que, acima de tudo, as pessoas sintam esta diferença. Porque outra das questões que, na Europa, se debate e que nos preocupa tem a ver com o afastamento, esse, sim, então, total à questão europeias por parte das populações, mas isto também tem a ver, muitas

vezes, com o facto da própria Europa não conseguir descer e ir ao encontro das populações, explicar os seus mecanismos, explicar a sua importância e, acima de tudo, dar a entender ao cidadão que, neste caso, através do seu voto para o Parlamento Europeu, mas através de muitos outros fóruns e de muitas outras iniciativas, tem um papel ativo e uma palavra a dizer também na construção europeia. E que estes últimos acontecimentos e este clima que se vive de alguma insegurança e o aparecimento de alguns discursos mais exagerados e extremistas, que não nos façam retroceder na Europa, mas, sim, criar uma Europa que cumpra com os valores que estão na sua génese. E penso que a autonomia açoriana, hoje, é uma autonomia plena, que também faz parte deste todo português e europeu e, como tal, também acho que é um aspeto que deve ser privilegiado nesta reflexão e neste fórum de debate que é a CEVERA.

E para já, agradecendo, desde já, o vosso tempo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Creio que a exposição foi bastante clara.

De qualquer modo, Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Qualquer questão, qualquer pedido de esclarecimento que queiram colocar à Sra. Presidente.

Sim. Creio que é da Delegação de Ponta Delgada, a Deputada Susana Pereira Goulart, não é verdade?

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sim.

Muito bom dia.

Presidente: Bom dia.

A Oradora: Queria cumprimentar todas as Sras. e Srs. Deputados, queria também, em particular, cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia e agradecer, naturalmente, a sua disponibilidade.

E eu quero comentar uma questão. O comentário é que fiquei particularmente agradada com a sua preocupação em relação a uma pedagogia da autonomia, penso que isso, de facto, a nível de projeção para o futuro, é um caminho que nós temos todos que percorrer. Nas escolas, atualmente, ao nível do sexto ano de escolaridade, integrado nos conteúdos da cidadania, as crianças com 10, 11, 12 anos já estão a ser sensibilizadas para aquilo que é a autonomia, o que é uma *[impercetível]*, o que é uma Assembleia Municipal, o que é a Assembleia Legislativa Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não é a autonomia!

A Oradora: ... e, portanto, penso que são conteúdos adequados às faixas etárias do sexto ano de escolaridade, naturalmente, *[inaudível]* em crianças, penso que, de facto, há um caminho a percorrer que deve ser consolidado. Portanto, registei com muita satisfação essa sua preocupação com esta projeção para as novas gerações.

A segunda questão, esta segunda questão é uma questão mais complexa. Falou aí, naturalmente, a sua opinião sobre os partidos políticos, mas queria,

de forma muito concreta, ouvi-la sobre a pertinência ou não de partidos regionais. E esta, sim, é a única questão.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Miguel Costa, faça favor.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Eu também, de forma muito breve, agradecendo a participação da Dra. Ana Luís, nossa colega deputada e Presidente da Assembleia.

As duas questões são muito simples. Representante da República: qual a sua opinião? Extinção? A forma de substituição dessa figura? E, na abstenção, é sempre a mesma pergunta que fazemos a todos os nossos convidados, como combater a abstenção? Se há alguma receita própria que a Sra. Presidente tenha e que nos possa facultar.

Presidente: Muito bem.

Não sei se há, para já, mais alguma inscrição.

Faça favor, Sr. Deputado Luís Garcia, e segue-se, depois, o Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Luís Garcia, faça favor.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Bom dia, Sr. Presidente.

Agradecer a disponibilidade da Sra. Presidente e a sua exposição.

Bom dia aos colegas, também.

De facto, tinha essa questão do Representante da República, que o colega Miguel Costa acabou de colocar, e eu queria colocar-lhe uma outra questão, que tem a ver com a sua experiência como Presidente do primeiro órgão da nossa autonomia e perguntar-lhe: aquilo que vai presenciando e que vai vivendo, no dia a dia, no âmbito desta reforma da nossa autonomia, que mecanismos, que ferramentas devemos criar, no âmbito desta reforma, para, por um lado, melhorar o funcionamento deste primeiro órgão, melhorar a sua imagem perante os açorianos? E penso que esse seu testemunho é importante para a Comissão, uma vez que está no exercício, na legislatura anterior e nesta, da presidência, se, da sua avaliação, seria necessário criar mais algumas ferramentas e mais alguns mecanismos para, exatamente, melhorar a eficácia do seu funcionamento e melhorar a sua imagem perante os cidadãos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, pedir desculpa pelo atraso, que se deveu à espera da minha bagagem, mas chegou.

(Risos)

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:
Chegou!

O Orador: Cumprimentar a Sra. Presidente, todos os colegas, os senhores jornalistas, que aqui nos estão a ouvir.

Tenho pena, naturalmente, de não ter ouvido, desde o início, a intervenção da Sra. Presidente, mas julgo também que apanhei a parte, não desmerecendo a outra, mas talvez a parte que nos preocupa mais, ou seja, no espaço onde nós estamos integrados, que é a União Europeia.

E como sabe, Sra. Presidente, até por algumas conversas que nós já tivemos, eu queria ouvir a sua opinião, da experiência que tem, eu julgo que a participação dos parlamentos regionais na Europa, com certeza que está bem representado pelo seu Presidente, mas há pouco envolvimento entre os deputados das regiões ultraperiféricas, há uma conferência de presidentes, mas isto não. Eu acho que é preciso alargar mais essa colaboração e é preciso alargar mais esse conhecimento entre parlamentos, para, verdadeiramente, as regiões se conhecerem. Queria que a Sra. Presidente, se tem opinião sobre isso e da sua experiência, o que é que pensa sobre o assunto.

De resto, também me parece que a Europa, daqui a uns dias, o Rei é capaz de ir nu ou a República ou lá como queiram chamar, para não ofender o Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas as questões de segurança começam a pôr-se de uma forma muito pertinente e muito aguda, com, obviamente, as novas lideranças, e daí, também a oportunidade de nós sabermos o que é que queremos.

Mas eu acho que a frase do Kennedy continua a fazer muito sentido: “Não perguntes à Europa o que é que ela pode fazer por ti, mas o que é que tu podes fazer pela Europa”. E a pergunta é: nós temos tido bons Governos próprios? É uma questão.

E, sobretudo, Sra. Presidente, também no nosso relacionamento interno, a ultraperiferia nos Açores é a ultraperiferia normal e além da ultraperiferia normal temos a ultraperiferia extrema, que é um assunto que o CDS se preocupa muito e já levantou muitas vezes essa questão, mas, para o bom funcionamento da autonomia e da experiência que tem, não acha que o Parlamento é demasiadamente dependente do Governo, em várias matérias? Eu julgo que é necessário defender, e gostaria, Sra. Presidente, também, de uma forma descomplexada, se lhe possível, eu acho que era preferível uma maior independência entre o Parlamento e o Governo. Até a nível orçamental, que é sempre, da minha experiência, uma negociação um bocadinho, digamos, *sui generis*. Eu acho que enquanto não houver uma independência total com outros poderes do Parlamento e uma separação efetiva dos órgãos de Governo próprio, tem sido uma pecha da autonomia; o Parlamento tem estado dependente do Governo, quando devia ser o contrário. Cada um deve ter, novamente, obviamente, a sua independência. Portanto, era uma questão que também deixava à Sra. Presidente, se quisesse fazer o favor de refletir sobre isso.

E julgo que sim, que são questões muito importantes: ultraperiferia, ultraperiferia extrema, o nosso posicionamento na região europeia, mas também no contexto nacional e, como já falamos da Macaronésia, que era interessante, naturalmente, terá referido, mas eu não ouvi.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Não! Por acaso, não referi!

O Orador: Portanto, eu acho que era pensar como é que se pode articular, aprofundar essa relação entre os Parlamentos das regiões ultraperiféricas, autonomia dos órgãos de Governo próprio, dentro do próprio sistema autonómico.

Portanto, julgo que essas questões resumem, de uma maneira geral, tudo.

Quanto ao ensino da autonomia, pois, eu acho que já as Juntas de Freguesia são comuns e as Câmaras Municipais, no país todo, e presumo que na Europa toda (não sei como estarão organizados).

A autonomia tem outras especificidades, talvez conhecendo melhor a história dos Açores, se ensine melhor a autonomia, em vez, é claro que os órgãos do Governo próprio, do poder local, nacionais, regionais e o poder local são muito importantes ensinar às crianças, mas não menos importante era a história dos Açores e eu acho que ela não está a ser devidamente articulada, até porque sei como é que ela é ensinada nos 5.º e 6.º anos e sei que os professores não têm nenhuma matéria ou muito pouca, têm umas *guidelines* um bocadinho... E talvez ensinar a história dos Açores também fosse interessante, é a questão que a Deputada colocou.

Portanto, basicamente, era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Creio que já temos questões suficientes.

Sra. Presidente, dou-lhe a palavra.

(*) Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Muito obrigada, Sr. Presidente, e muito obrigada também pelas questões que foram colocadas. Eu tentarei ser breve, até porque tenho um avião para apanhar, mas naturalmente que me parece, acima de tudo, importante que possa responder e que, no fundo, também possamos trocar aqui mais algumas impressões.

Apesar de não ter sido colocada de forma direta a questão da pedagogia da autonomia, ela foi a florada, quer pela Sra. Deputada Susana Costa, quer pelo Sr. Deputado Artur Lima, e eu aqui acho que a responsabilidade, na minha opinião, não se deve limitar à escola, porque aquilo que eu sei e que conheço, até porque também tenho filhos em idade escolar e eles já passaram por essas situações, é que, muitas vezes, também depende muito da vontade, da motivação dos professores. Há aulas de cidadania, que fazem visitas à Assembleia, sei que noutras ilhas, muitas vezes, não o podendo fazer, mas, aliás, o Faial, a sede do Parlamento, aqui, no Faial, tem sido visitada por

alunos de várias escolas de várias ilhas dos Açores, mas sei que muitas vezes os conceitos de autonomia, democracia e até as diferentes hierarquias de poder têm sido aflorados. Eu penso é que esta responsabilidade não pode ser exclusiva das escolas. Eu acho que, neste sentido, o Parlamento, nomeadamente o Parlamento, porque o Governo, por si próprio, também tem essa responsabilidade, mas o Parlamento deverá ter, não só através dos seus deputados, que, no seu trabalho, junto das suas comunidades, das suas ilhas, poderão fazer ou se predispor, voluntariar para encontrar momentos e espaços próprios para esta conversa com os mais jovens, mas também prosseguindo aquilo que nós já fizemos na última legislatura e que, no fundo, é preparar conteúdos direcionados às diferentes faixas etárias, criar fóruns como o Parlamento dos Jovens. Porque há uma coisa que eu queria aqui referir. Nós, muitas vezes, e acho que isto é cíclico, outro dia, fui à escola para a sessão solene da nossa Escola Manuel de Arriaga e acabei por dizer isto: é cíclica a crítica à juventude. Nós já ouvimos quando éramos jovens, infelizmente, já não somos jovens, alguns ainda serão, mas já não somos assim tão jovens e, portanto, a tendência natural é que estes jovens são assim, são assado, não querem saber de nada, não se interessam por nada. Mas a verdade é que aqui muitas das Sras. e Srs. Deputados que têm assento na CEVERA já tiveram a oportunidade de participar no Parlamento dos Jovens e a verdade é que quando nós damos a possibilidade aos jovens de debaterem temáticas que eles entendam que lhes são importantes, eles são extremamente assertivos, preocupados e sabem exatamente o que é que estão a falar. Eu acho é que nós, como adultos, preocupados que somos, muitas vezes, falamos mais e ouvimos menos. E acho que tinha que ser ao contrário. Acho que se nós queremos a participação dos jovens, acima de tudo, eles têm que ter um espaço para poderem falar, aflorar os seus problemas e discutir aquilo que acham que é verdadeiramente importante. E, às vezes, quando os ouvimos ficamos verdadeiramente surpreendidos.

Relativamente, e, agora, indo mais ou menos por uma questão de lógica de perguntas, aos partidos regionais. Pois, não me choca que hajam partidos regionais como hajam, como referi também, as tais listas de independentes. Acho que, claramente, os partidos, hoje, tal como existem, têm autonomia financeira e, no fundo, não são regionalizados porque isso não é permitido, mas têm a sua autonomia, não só até administrativa, mas também de posição, e parece-me que, no fundo, isso já acontece, a querermos que, efetivamente, isso seja uma realidade, teria que haver essa alteração legislativa para que pudesse acontecer, mas, logicamente, não me choca, porque eu vejo e assisto que muitos destes partidos, independentemente de não terem uma regionalização pura, são, efetivamente, partidos regionais. E a existência de partidos única e exclusivamente regionais, como já existiu, de certa forma, no passado, pois, não me choca. São, como eu disse, agrupamentos, são associações de pessoas que partilham causas comuns, que partilham

pensamentos comuns e que se juntam em torno dessa sua própria ideologia e, portanto, não me chocaria.

Em relação ao Representante da República, e aqui juntaria as duas perguntas, quer a que foi feita pelo Sr. Deputado Miguel Costa, quer pelo Sr. Deputado Luís Garcia, pois, é unânime, e acho que isto é, talvez, o mais unânime entre todos, de que a figura do Representante da República não faz nem tem razão de ser, e, aliás, os colegas da Madeira também têm o mesmo pensar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esses, há muitos anos!

A Oradora: Eu acho é que, logicamente, nós temos um figurino constitucional que tem determinadas exigências e a extinção do Representante da República não pode existir *per si*. Portanto, acho que antes de se propor a extinção do Representante da República, tem que se saber qual é a solução, nomeadamente para a fiscalização preventiva, que está prevista na lei, porque a sucessiva, por si só, há outras entidades, nomeadamente grupos de deputados, e, portanto, há outras formas de se conseguir combater. A preventiva é a única que, efetivamente, tem uma competência exclusiva. E, nesse sentido, tem que se pensar como é que se encontraria essa solução. O Sr. Deputado Miguel Costa, penso que foi um bocadinho mais além na pergunta, queria que, efetivamente, eu lhe dissesse como é que eu acho que deve ser. Eu não tenho uma solução final, porque também assumo que não tenho os conhecimentos constitucionais e jurídicos que me permitam, de uma forma muito clara, agora, acho que temos que compreender que a Assembleia, por si só, é quem aprova as leis, logo, parece-me que será difícil manter na alçada da Assembleia a fiscalização preventiva daquilo que ela própria aprovou.

Agora, acima de tudo, e se tivermos aqui, neste debate, estamos a verificar que o Representante da República tem apenas esta função, que se torna um obstáculo, porque tudo o resto nós já vimos, e com o maior respeito que tenho pelo Embaixador Catarino, eu acho que claramente esta etapa no relacionamento com a República é totalmente desnecessária, porque aquilo que nós fazemos ao nível do Representante da República poder-se-ia fazer diretamente ao nível da publicação diretamente com a República.

De qualquer forma, penso que esta é a matéria que, provavelmente, nos trará maior debate, que é encontrar a solução para esta figura.

Relativamente à abstenção, pois, esta questão da abstenção é a que nos permite, e naturalmente que os colegas, quando me ouvirem falar, segunda-feira, no Dia da Região, vão pensar que esta audição me inspirou para o discurso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oxalá que sim!

(Risos)

A Oradora: Posso-vos afiançar que ele já está escrito, praticamente fechado. E a verdade é que estes são temas incontornáveis e a abstenção é aquela matéria que nos permite produzir frases e frases e frases, porque é uma realidade.

Nós temos que ter uma maior aproximação ao cidadão, nós temos que ser cada vez mais exemplares na nossa conduta, com uma ética irrepreensível, nós temos que ter uma comunicação social que também nos ajude a passar esta mensagem, mas o problema da abstenção não é um exclusivo dos representantes políticos. E eu aqui acho que também há que haver uma responsabilização da sociedade em si, que tem que ser cada vez mais ativa, participativa, preocupada e, acima de tudo, preocupada num escrutínio claro dos seus próprios eleitos.

Portanto, nesse sentido, eu acho que não há, de facto, soluções milagrosas, mas há uma coisa que eu sei, apesar de que não a sei de forma profunda e por isso o estudo foi pedido: eu acho que da nossa abstenção regional... Para já, é inevitável uma questão e ela é evidente. Quanto mais alta é a hierarquia do poder, maior é a abstenção. Porque, e era o que eu dizia também quando falava aqui da questão da Europa, quanto mais distante a pessoa se sente do fórum de decisão ou acha que se decide e eles nem são tidos nem achados, porque não têm forma de lá chegar, não têm forma de dizer ao seu eleito, “Olhe, eu não gostava que isto acontecesse”, o que eles entendem é que o seu voto nada serve. O mesmo já não acontece, por exemplo, ao nível das autarquias e ainda mais nas Juntas de Freguesia, em que há ali uma proximidade quase instantânea, tipo podíamos fazer assim ou podíamos fazer assado.

Portanto, nesse sentido, não há soluções milagrosas, agora, o estudo das causas da abstenção técnica, acho que, esse, sim, seria importante, para, pelo menos, essa ser diminuída, porque nunca será claramente erradicada. E há outra questão que é clara: nós, num arquipélago e perante a nossa dispersão geográfica, essa abstenção, ou seja, aquela abstenção que não é do desinteresse, mas, sim, da inevitabilidade de não poder estar, durante aquelas horas, no seu local de voto, é muito inibidor de quem quer votar.

E, depois, a outra situação tem a ver com a dificuldade em se votar de forma remota, porque, hoje em dia, principalmente os mais jovens, que são aqueles que se encontram fora das nossas ilhas, ou a prosseguir os seus estudos, ou a trabalhar, já não querem ir a uma Junta ou a uma Câmara e preencher papéis e pôr no correio. Eles nem sequer sabem o que é os CTT, o que é um selo de correio, portanto, tudo é feito através da internet. E, nesse sentido, tem que haver uma modernização clara, salvaguardando, naturalmente, o respeito e o sigilo e a segurança que têm que haver associadas a um voto. Mas penso que, pelo menos para o voto à distância, tem que haver outra flexibilidade e uma ligeireza burocrática que permita que, efetivamente, quem não possa estar no seu local de voto, possa votar.

Relativamente às ferramentas para melhorar o funcionamento da Assembleia e a imagem do próprio Parlamento, questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Garcia.

O funcionamento da Assembleia, felizmente, penso que estamos em bom caminho, uma vez que também se conseguiu algum consenso entre os líderes parlamentares no sentido de se promover uma alteração ao Regimento. Acho que este consenso, que era fundamental, vai permitir, pelo menos, conformar, numa primeira fase, o Estatuto ao Regimento e as praxes ao Regimento, porque há uma série de situações e de ocorrências que acontecem agora, durante o Plenário, que acontecem devido a este figurino e não são normas regimentais, e há uma coisa que é verdade: quando não há regra, é muito difícil dizer o que é certo e o que é errado. Portanto, depende sempre da capacidade de estarmos todos de acordo ou, mesmo quando não estamos de acordo, aqueles que não estão poderem aceder para que, efetivamente, as coisas possam prosseguir.

Portanto, não tem sido fácil, acho que foi feito aqui, e permitam-me que refira, um trabalho hercúleo por parte do Sr. Presidente da CEVERA e que, na altura, era Presidente deste Parlamento, para conseguir pegar num documento, cuja última revisão tinha sido em 2003 e que estava apenas já com estas questões do Estatuto, e ter conseguido levar por diante a legislatura dentro da maior normalidade.

Eu acho que a alteração ao Regimento pode, claramente, melhorar o funcionamento da Assembleia, agora, nós temos uma realidade que nunca vai poder, a não ser que, efetivamente, daqui por umas centenas de anos, as viagens, o teletransporte seja uma realidade, o que eu quero acreditar que não será, porque quero pensar que, apesar de tudo, vamos ter uma realidade minimamente como a que, hoje, conhecemos, mas sinceramente nós, hoje, estamos a ver. Esta é uma reunião que é feita por videoconferência, que é possível fazê-la, mas que não é exatamente igual a um debate presencial, físico e, portanto, temos estes condicionamentos, temos estes constrangimentos e isso também é um aspeto que queria levar à outra questão, que tem a ver com a imagem, e com a imagem que passamos que trabalhamos uma vez por mês. Porque todo este trabalho que é feito em Comissão e em todas as nossas comissões, e que é enorme, e que reconheço a todos vós, porque é verdade que os Plenários são estanques no tempo, mas as comissões trabalham em qualquer altura, então, agora, com as audições da República, que são cada vez mais, e ainda bem, mas que a verdade é que, muitas vezes, com os pedidos de urgência que existem, não há mãos a medir e tem que se trabalhar em subcomissão, e, muitas vezes, tem que ser por e-mail, porque não há tempo efetivo para haver reuniões presenciais e físicas. Portanto, estes constrangimentos também têm que ser passados lá para fora, para que, efetivamente, numa primeira instância, não haja esta... Porque a verdade é que, na Madeira, há um funcionamento diferente, na República, há

ainda mais, mas na Madeira os deputados de Porto Santo participam nas eleições porque os partidos os aceitam nas suas listas, porque se não quiserem que eles estejam nas suas listas, essa questão nem se coloca. E eu acho que, acima de tudo, nos Açores, nós temos sido capazes de falar em nome de nove ilhas e, nesse sentido, esta questão de serem públicas ou cada vez mais públicas as nossas reuniões e de passarmos cá para fora, de uma forma mais clara, o trabalho que fazemos extra Plenário seria extremamente importante.

Tudo o resto que tem a ver com a nossa imagem, numa primeira instância, diria que depende de nós próprios, começando por mim, naturalmente, que sou a Presidente deste Parlamento, e que também cometo erros, naturalmente, sou humana, mas depende de nós próprios. Acho que tem que haver um maior compromisso, um maior respeito institucional e, acima de tudo, não nos desviarmos do princípio que nos traz aqui: o debate político, é certo, mas, acima de tudo, a resolução de problemas.

Por outro lado, não posso deixar também de fazer uma referência à comunicação social, que é, claramente, um veículo e uma ferramenta importantíssima, mas que também, muitas vezes, privilegia o incidente em detrimento daquilo que, efetivamente, foi importante que se fez em determinados dias. Mas isso não é uma responsabilidade nem uma culpa, se quisermos dizer assim, da nossa comunicação social; ela é mundial, porque vamos lá ver uma coisa. Quando é que se ouviu falar, por exemplo, do Parlamento da Tailândia? Quando houve pancadaria. Ou da Sérvia? Não é? Portanto, só quando há más notícias é que houve falar de determinadas situações, porque, senão, também, os órgãos de comunicação social estão inseridos no mercado, têm que vender jornais, têm que vender notícias e, hoje em dia, não é hoje em dia, não é exclusivo desta época, mas cada vez mais nesta época, em que principalmente as redes sociais assumiram um protagonismo e um poder que eu penso que já começa a ter o poder de, muitas vezes, nós termos que pensar sobre isso antes de agirmos e isso é negativo, na minha opinião. Eu acho que nenhum veículo de comunicação deveria ter essa capacidade, que é de termos medo de, hoje, não irmos bem vestidos, de termos medo de dizermos uma palavra que, retirada do contexto, não era isso que ela queria dizer, de termos medo, até, de servir uma sandes que não era a melhor porque, rapidamente, se tira uma fotografia e é expedida por todo o lado. Aliás, hoje em dia, cometem-se crimes ao vivo, nas redes sociais.

Portanto, eu acho que é um paradigma que me ultrapassa em muito e nem sequer me quero alongar e ultrapassa muito esta nossa reunião, mas a verdade é que nós estamos todos muito sujeitos ao escrutínio que os outros fazem pelo filtro daquilo que lhes é colocado.

Portanto, se nós tivermos um comportamento exemplar, cumprindo as nossas funções e exercendo o nosso mandato conforme a decisão de quem nos

elegeu, eu penso que, aliado a uma comunicação social que faça passar esta mensagem, a imagem também mudará.

Agora, também vos digo, daqui a 40 anos, as pessoas vão dizer, “Ah! Estes deputados de hoje são uma desgraça! Há 40 anos é que era bom!”, porque isto também faz parte da nossa forma de ser e estar na vida. Portanto, geralmente, antigamente é que era bom, os outros é que eram melhores do que nós, sabiam mais, tinham mais cultura; eu penso que não. Eu penso que, a cada momento, haverá gente boa e gente má, como em todos os lados, e acho que, cada vez mais, este trabalho de aproximação ao cidadão, que é a ele que temos que prestar contas, claramente, melhorará, no sentido geral, a imagem que tem do Parlamento.

E para terminar, falar das questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Em relação à CALRE, tem razão. Claramente, há um, quando digo à CALRE é porque é onde nós estamos, onde temos assento, mas há outras associações de parlamentos regionais, claramente, estão, talvez, muito fechados ao nível dos seus presidentes. Precisamente por causa disso, eu decidi, nesta legislatura, passar a fazer um relatório anual sobre a participação, a minha participação, não só nos fóruns dos grupos de trabalho, mas também nas reuniões da Comissão Permanente, quando são os Açores a participar, e na reunião plenária, e remetê-la não só à Comissão de Política Geral, que é quem tem a questão da construção europeia, mas também aos líderes parlamentares, pelo menos para dar conta dos desenvolvimentos, e, naturalmente, e associado aqui à questão da importância da Macaronésia, dizer-lhe também que, em boa hora, este nosso Parlamento decidiu fazer renascer as Jornadas Parlamentares Atlânticas, têm sido um bom fórum de debate, partilha de experiências, esse, sim, mais alargado a todos os deputados, inclusivamente, nós já tivemos oportunidade, o ano passado, de estarmos todos juntos presentes na CALRE e mostrarmos o trabalho que é feito ao nível da Macaronésia, sendo este mais um instrumento de pressão junto à Europa.

Relativamente ao Parlamento mais autónomo, este é o funcionamento do Parlamento. Eu acho, sinceramente, que nós temos autonomia. É lógico que a autonomia financeira decorre do orçamento da região, mas nós temos autonomia, de uma forma geral, penso eu que temos essa autonomia, mas há uma coisa que eu acho que é extremamente importante: tem que haver esta autonomia, tem que haver esta independência na utilização dos meios de fiscalização, mas, acima de tudo, tem que haver cooperação. E este é um aspeto que eu acho que deve relevar, porque é lógico que há matérias que são da exclusiva competência do Governo, que têm que ser partilhadas com o Parlamento, eu penso que, em alguns aspetos e, acima de tudo, nos mais relevantes, essa partilha tem que ser feita e, quando não o é, penso que nós temos sido capazes de alertar para que tem que ser, porque, acima de tudo,

nós como entidade fiscalizadora e legislativa não temos a competência executiva, mas podemos ter o acompanhamento e estar a par de determinadas matérias e de determinados dossiers. E eu penso que, dentro dos possíveis, essa cooperação tem existido e esse diálogo tem existido.

Portanto, nesse sentido, penso que temos essa autonomia. Pois, é lógico, e, aliás, se nós formos ver e avaliar a utilização até de determinadas figuras regimentais, de expedientes ao nosso dispor, quer ao nível do Regimento, quer ao nível do Estatuto, nós, quer na última legislatura e no início desta, temos reparado que, principalmente ao nível das figuras regimentais de fiscalização, elas têm sido utilizadas como nunca antes tinham sido no passado, o que demonstra claramente que este Parlamento está consciente daquilo que é a sua competência, está atento, está alerta e que quer continuar nesse sentido. Portanto, se fizermos pelo menos essa comparação, penso que é evidente que temos vindo a exercer com essa autonomia aquilo que o Regimento nos permite fazer.

Penso que era só.

Presidente: Muito bem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Creio que não há mais questões, além disso, também o tempo urge.

Resta-me, naturalmente, e mais uma vez, agradecer o seu contributo.

Em termos institucionais, obviamente que também ir-lhe-emos dando conta do trabalho e das conclusões práticas desta Comissão.

Muito obrigado, então, Sra. Presidente, e até sempre.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

Muito obrigada.

Desejo a continuação de um bom trabalho a todos e até à próxima, então.

Obrigada.

Eram 10 horas e 38 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Sónia Nunes